

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.326.909 - SP
(2018/0175495-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : COSTA SUL VEICULOS, PECAS E SERVICOS LTDA
REPR. POR : MARIO ANTONIO GUERINO
EMBARGADO : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : LUÍS ANTÔNIO GIAMPAULO SARRO E OUTRO(S) - SP067281
VALDIR AUGUSTO - SP066986
JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA - PR021731
RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979
INTERES. : RENATO BATAGLIA THEODORO
ADVOGADO : BRUNO PUERTO CARLIN E OUTRO(S) - SP194949

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por COSTA SUL VEICULOS, PEÇAS E SERVILÇOS LTDA, em face de decisão, acostada às fls. 324/327, e-STJ, da lavra deste signatário, que conheceu do agravo e, de plano, deu parcial provimento ao recurso especial e determinou o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que procedesse à análise do pedido de concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução formulado no agravo de instrumento.

Nas razões dos aclaratórios (fls. 329/332, e-STJ) a embargante apontou omissão na decisão embargada no que tange à análise da tese de negativa de prestação jurisdicional, tendo em vista que o Tribunal local não analisou todas as provas necessárias à concessão do benefício da justiça gratuita.

Impugnação às fls. 335/340, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

Os aclaratórios merecem acolhimento, uma vez constatada a omissão no julgado, sendo nesse momento sanada.

1. Nas razões do apelo extremo, a recorrente deduziu negativa de prestação jurisdicional ao argumento de que o Tribunal local não analisou as provas necessárias à concessão do benefício da justiça gratuita.

O Tribunal *a quo*, quanto ao ponto, assim se pronunciou (fls. 198/199, e-STJ):

Sucedo que no caso vertente, que a agravante, pessoa jurídica, não demonstrou o seu efetivo estado falimentar, considerando que o documento de fls. 148 é apenas uma notícia veiculada pela internet em maio de 2015.

Além disso, não trouxe informações sobre imposto de renda, muito menos a situação atual da alegada ação civil pública ajuizada na Justiça do Trabalho.

Desta forma, considerando que a questão trazida à discussão foi dirimida pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e **sem omissões ou contradições**, merece ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional.

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E ESTÉTICO. ART. 535, II, DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA E DEVER DE INDENIZAR. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela alegada violação ao art. 1.022, I e II, do Novo CPC (art. 535, I e II, do CPC/73). Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

[...]

(AgInt no AgInt no AREsp 955.180/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017)

Observada, assim, a omissão da decisão embargada quanto ao ponto suscitado, impõe-se a integração do julgado nos termos da fundamentação exposta.

2. Do exposto, **acolho** os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, tão somente para suprir a omissão apontada, nos termos da fundamentação supra, a qual passa a integrar a decisão de fls. 324/327, e-STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator